



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**

PARECER TÉCNICO

Recife-PE, 28 de dezembro de 2023.

Da: Divisão de Arquitetura e Engenharia

À: Comissão Permanente de Licitações

1 - DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

1.2 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 845/2023/SCG

1.3 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PCI) PARA OS EDIFÍCIOS OCUPADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE (SEDE, ANEXO I, ANEXO II E ANEXO III), INCLUINDO DOCUMENTOS TÉCNICOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E CUSTOS, COMPOSIÇÃO DO BDI, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, TUDO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL.

1.4 - ASSUNTO: Análise da Proposta de Preços e Documentação de Qualificação Técnica da empresa SIQUEIRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 47.674.059/0001-29.

2 - DA LICITANTE

Neste documento foram analisados os documentos de habilitação da seguinte empresa participante do certame:

2.1 - SIQUEIRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 47.674.059/0001-29.

2.1.1 - A empresa ofertou o segundo menor lance da disputa, tendo sido convocada após a inabilitação da concorrente que ofertou o menor lance.

3 - DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Em atendimento à solicitação da Comissão Permanente de Licitação, a Divisão de Arquitetura e Engenharia analisou a proposta de preços e a documentação de habilitação apresentadas pela empresa quanto à qualificação técnica, sendo verificado se os documentos apresentados atendem as exigências do Edital.

A fim de comprovar a **qualificação-técnica**, o item 7.1 do **Termo de Referência**, anexo do Edital do processo licitatório, exige que as empresas participantes apresentem:





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**

“7.1 A qualificação técnica da licitante será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.1.1 Credenciamento junto ao CBMPE;

7.1.2 Atestado do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);

7.1.3 Certidão de Registro dos responsáveis técnicos indicados perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PE.

7.1.4 Certidão de Registro da pessoa jurídica, expedida pela entidade profissional competente (CREA) e quando na presença de profissional da área de arquitetura, expedida pela entidade profissional competente (CAU);

7.1.5 Para comprovação da habilitação técnico-profissional dos integrantes da equipe técnica, a proponente deve apresentar a Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA ou CAU, acompanhada do respectivo Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Competente da região onde os serviços foram executados, comprovando que a licitante elaborou projetos de prédio público ou edifício comercial, compatível ao objeto da licitação. Além da CAT e do Atestado, a licitante deverá ainda apresentar a ART/RRT que deu origem à CAT apresentada. Os Atestado(s) de Capacidade Técnica devem ser emitidos em nome do responsável técnico da licitante e devem comprovar o desempenho satisfatório de serviços de elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PCI) com no mínimo 2.500 m² de área edificada;

7.1.6 Alvará de Funcionamento

(...)”

Após análise minuciosa da documentação, constata-se que a empresa apresentou acervo técnico comprobatório de acordo com os critérios exigidos no item 7.1.5 e demais documentos exigidos no item 7.1 do Termo de Referência.

No entanto, constatou-se que a empresa não realizou vistoria facultativa nos imóveis, importante para entender as peculiaridades dos serviços a serem realizados, tampouco apresentou a declaração exigida se a empresa optar por não realizar vistoria, conforme o **item 14.2. do Termo de Referência**, a saber:

“14.2 - Caso a empresa opte por não realizar vistoria, deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade da contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local de execução dos serviços, bem como das condições dos serviços a serem executados.”





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**

Nesse contexto, a Divisão de Arquitetura e Engenharia entende ser de suma importância o conhecimento pleno das condições peculiares dos imóveis onde serão realizados os projetos, sobretudo o Edifício Sede, o qual se trata de uma edificação integrante de uma Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – ZEPH, num setor de preservação rigorosa, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação da Cidade do Recife, LEI Nº 16.176/96. Dessa forma, é indispensável a apresentação da Declaração citada no **item 14.2**, de modo a resguardar Administração sobre dificuldades alegadas pela futura contratada para realização dos serviços.

Acerca da proposta de preços apresentada, o preço global ofertado pela empresa foi de **R\$ 95.500,00** (noventa e cinco mil e quinhentos reais), o que corresponde a **25,04%** (vinte e cinco, vírgula zero quatro por cento) do valor orçado pela Administração, o qual foi de **R\$ 381.391,25** (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

Nesse viés, caso os documentos de qualificação técnica atendessem aos critérios editalícios, a Divisão de Arquitetura e Engenharia solicitaria diligência para que a empresa comprovasse a exequibilidade da proposta.

4 - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Divisão de Arquitetura e Engenharia constata que empresa não apresentou documentos que comprovem plenamente a capacidade-técnico profissional e exequibilidade da proposta.

Desse modo, esta Divisão opina por **INABILITAR** a empresa SIQUEIRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 47.674.059/0001-29.

Recife, 28 de dezembro de 2023.

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Assinado digitalmente
por EDSON JOAQUIM
DE SOUZA
Data: 28/12/2023 11:37

